

## WEBINAR AGID

"Consulta pública para a implementação do primeiro Hub Digital em Moçambique"

### **INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

*nos termos do artigo 13º do Regulamento (UE) 2016/679*

Informa-se que os dados dos participantes no evento serão tratados pela AGID, com sede em Roma, via Liszt n. 21, PEC: [protocollo@pec.agid.gov.it](mailto:protocollo@pec.agid.gov.it), na qualidade de responsável pelo tratamento de dados, a fim de permitir a inscrição e a participação ativa no evento, a sua gravação e a fruição do respetivo vídeo para fins de formação e informação também através dos canais sociais da Agência, de acordo com as funções de interesse público atribuídas à AGID nos termos do art. 14-bis do Decreto Legislativo de 7 de março de 2005, n. 82 e alterações.

Os dados solicitados para a inscrição no evento são os dados pessoais e de contacto (dados obrigatórios), bem como a filiação na organização em causa (dados facultativos); os dados obrigatórios são necessários para a correcta inscrição no evento e, na ausência desses dados, a participação não será permitida.

A AGID procederá ao tratamento dos dados de forma autónoma através do seu próprio pessoal, bem como através de prestadores de serviços técnicos. Os dados adquiridos serão agregados e anonimizados após o evento, com exceção dos dados resultantes da sua inscrição, publicados no site institucional e divulgados nos canais sociais da Agência durante um ano após o evento.

Os titulares dos dados têm o direito de obter da AGID o acesso, a retificação ou o apagamento dos seus dados pessoais, a limitação do seu tratamento, o direito de se opor ao seu tratamento e o direito à portabilidade dos dados, quando aplicável. Os pedidos devem ser dirigidos à AGID, contactando o responsável pela proteção de dados no PEC da Agência ou em [responsabileprotezionedati@agid.gov.it](mailto:responsabileprotezionedati@agid.gov.it). Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, os titulares dos dados têm o direito de apresentar uma reclamação à Autoridade para a Proteção de Dados se considerarem que o tratamento dos seus dados viola o Regulamento (UE) 2016/679.